

158. Dias, Manuel Nunes. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*, cit., v. 1, p. 137. Informações e observações deste bem documentado livro se incorporaram ao texto.

159. Martins, J.P. Oliveira. *História de Portugal*, cit., v. 2, p. 170 e 171.

160. Dias, Manuel Nunes. *A Companhia Geral...*, cit., v. 1, p. 144.

161. Reis, Arthur Gêzar Ferreira. *Épocas e visões regionais do Brasil*. Manaus, Edições do Governo do Estado, 1966, p. 175 e 176. Para melhor entendimento do assunto, o capítulo "A economia maranhense no consulado pomba-lino", p. 157 e seqs.

162. Consulte-se: Carreira, Antônio. *As companhias pomba-linas de navegação, comércio e tráfico de escravos entre a costa africana e o nordeste brasileiro*. Porto, Imprensa Portuguesa, 1969, p. 32 e seqs.

163. Vasconcellos, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1904, p. 264 e 108.

164. A tese baseia-se, por construção, nas informações de Antonil sobre a região aurífera: *Goldens e opulência do Brasil*, cit., p. 266 e 267.

165. Id., p. 267.

166. *Ibid.*, p. 267.

167. Azevedo, J. Lúcio de. *Épocas...*, p. 235 e seqs.

168. Id., p. 155.

169. Mauro, Frédéric. *Le Portugal et l'Atlantique au XVIII^e siècle*, cit., p. 219 e seqs.

170. Id., p. 217.

171. Antonil. *Op. cit.*, p. 227.

172. Sousa, Octávio Targulino de. *Tributos no Brasil colonial*, [s. d.].

173. As citações são da ed. dos Sermões pregados no Brasil, v. 3, p. 407 e 408; v. 4, p. 71 e v. 2, p. 212.

VII. Os pródromos da Independência

- 1 - A vida rural do começo do século XIX: a autarquia agrícola.
- 2 - A transmigração e a frustrada reorganização política e administrativa.
- 3 - O dissídio e a transação.

O século XIX encontra um país subjogado, com fronteiras definitivamente esboçadas, neste lado do Atlântico. Desde que a reação centralizadora ganhara os sertões, atenta à supremacia da autoridade pública, a caudilhagem dos conquistadores e latifundiários perde o ímpeto, estrangulada no nascedouro. O rústico militarismo, seja já o exercido pelo senhor de engenho, seja o arvorado pelo bandeirismo, seja o nascido nos acampamentos de combate ao holandês, abatera-se, dominado por dois processos contrários e complementares. O paulista, o pernambucano, o rio-grandense transformam-se em agentes régios, incorporados às milícias ou às ordenanças, com trânsito, algumas vezes, às fileiras da primeira linha, da tropa regular. Aqueles que desaliam a ordem legal, inconformados com a submissão blandidiosa nos cargos e patentes, recebem o golpe das armas, a ferro e fogo. Para os de boa vontade, a terapêutica dos emolientes; para os outros, a espada nua, mal encoberta nas draconianas devassas e nas prisões amparadas na justiça. Os senhores territoriais refugiam-se nas câmaras municipais, freatos, limitados e dominados pela falsa autonomia das vilas distantes. Sua influência política será quase nula, no exercício de cargos municipais mantidos, sem que as suas decisões alcancem a sede das capitâncias ou os corredores da corte. Eles, na verdade, não serão mais necessários para devassar a terra inculca, domar o indígena nem repelir o invasor que surge do mar ou se projeta da fronteira. A base da força que os fizera respeitados estava morta: o militar de formação reinol ocupa o seu lugar, auxiliado pelas tropas territoriais, recrutadas nas cidades e nos ermos, aquele cada vez mais expressivo em número e superior na disciplina.

Não apenas o conteúdo político do senhor rural mudou, senão que transformação mais profunda alterou-lhe o *status*. Depois de dois séculos ocupados em produzir açúcar, lavoura ouro, cultivar cana e tabaco, pastorear gado — ao lado das funções paramilitares e paraburocráticas — a própria estrutura da empresa rural toma outro cunho. De caçador de riquezas converte-se em senhor de rendas, a fazenda monocultura toma o caráter de latifúndio quase fechado. O prestígio outrora haurido das implícitas delegações de autoridade se transmuta no de senhor de um pequeno reino, que produz quase tudo.

Ainda aqui, nesta hora de transição, pulsa e circula, na paisagem das lavouras e das distâncias, o sangue da economia mundial. Não que a colônia seja um reflexo passivo do jogo internacional — século a século ela adquire consistência própria, fisionomia singular, de cuja interação dinâmica se comporá o anseio de autonomia. O último quartel do século XVIII denuncia uma crise e revela uma mudança de rumo. A exportação cairá, em termos absolutos e em termos *per capita*, por efeitos não apenas atribuíveis ao esgotamento das minas. Ao colapso da produção do ouro se associa a baixa das exportações do açúcar, atingindo o ponto mais baixo dos dois séculos anteriores.¹ Em 1750, para uma população de 1.500.000 habitantes, a exportação alcançou 4.300.000 libras esterlinas, enquanto em 1800, numa população de 3.300.000, mal subiu a 3.500.000 libras esterlinas,² com o ponto mais baixo na década 1780-90. Esses dados se fixam, não obstante as vicissitudes do Haiti, cuja revolta arredou o perigoso concorrente francês de açúcar. A renda *per capita* teria caído, de 30 libras ouro em 1600, para 3 em 1800.³ Um elemento abre, todavia, outra perspectiva: a participação percentual da exportação na renda interna, na altura de 80% em 1600, teria também caído, insinuando a moderada expansão, senão do mercado interno conjugado, pelo menos das unidades agrícolas. Mais tarde, o café, no sul, trará convulsivamente, a partir de 1850, outra mudança no mapa econômico.

A direta consequência dessa brusca oscilação, brusca mas não inesperada, será o retraimento da empresa agrícola aos próprios recursos. O tráfico de escravos, obviamente, seguiu idêntico afrouxamento,⁴ com a perda de influência dos meradores e financiadores, batidos pela crise. A existência de grosso cabedal de mão-de-obra em poder de engenheiros, minerações e fazendas forçou a mudança de rumo do setor exportador para o setor de subsistência, numa estrutura econômica incapaz, pelas depen-

dências ao crédito e aos compromissos a curto prazo, de transformar-se rapidamente. A proibição de criar indústrias restringiu a reorganização aos quadros internos do mundo rural. A fazenda, dotada de dois focos, o foco exportador e o foco interno, a vibrância exportadora e a convergência de economia natural, tende a buscar seu eixo de movimento autônomo. Não há diferença entre a unidade agrícola da cana e a unidade agrícola do café, no aspecto do cultivo e da lavoura, senão que, entre um momento e outro, a fazenda sofre desajustamento nas suas bases. A prosperidade cafeeira virá corrigir as distâncias, também ela voltada para a monocultura, tal como a cana de 1600, monocultura temperada pelas novas condições do país, já mais voltado ao tropismo do mercado interno. Em plena prosperidade do café, o mais alto espírito brasileiro, o homem que melhor conheceu o seu país, não se cansa de bradar: "O Brasil é uma nação que importa tudo: a carne-seca e o milho do Rio da Prata, o arroz da Índia, o bacalhau da Noruega, o azeite de Portugal, o trigo de Baltimore, a manteiga de França, o pinho do Báltico, os tecidos de Manchester, e tudo o mais, exceto exclusivamente os gêneros de imediata deterioração. A importação representa assim as necessidades materiais da população toda, ao passo que a exportação representa o trabalho apenas de uma classe."⁵ O antigo minerador, o senhor de engenho, o lavrador e o pastor ampliam — enquanto o café não vier avassalar as terras — as culturas de subsistência, precoculados em adquirir de fora o mínimo possível de bens: sal, ferro, chumbo e pólvora. Fato esse que se deve à pobreza, à exportação cadente, e não à natureza da lavoura de cana, tal como cultivada no Rio de Janeiro e São Paulo, regiões que não conheceram o brilho exclusivo dos engenhos de Pernambuco e Bahia. Sob a pressão da conjuntura adversa o fazendeiro sentirá o que em outros tempos, nos tempos prósperos, não percebera: o fiscalismo, a tirania, o entrave do governo à atividade econômica. Mal-estar associado com as idéias francesas do liberalismo nascente, únicas idéias então disponíveis para colorir a revolta.

Ao fator econômico, que abraanda a monocultura e a dependência à exportação, soma-se o fator geográfico. As fazendas distantes do Rio de Janeiro, de Salvador e do Recife tendem para o sistema autárquico, pressionadas pelas dificuldades de transporte, transporte entregue totalmente às tropas de burro, reservado o carro de boi para os trabalhos internos da fazenda.⁶ O processo de autonomismo peculiar se envolve, de outro lado, pelas peculiaridades locais: enquanto a cana do nordeste sofreu

a tradição exportadora, a fazenda paulista se acomoda melhor aos novos tempos, voltada para a lavoura de subsistência. Os viajantes do começo do século XIX assinalam, nas fazendas próximas ao Rio de Janeiro, a passagem progressiva da categoria de chácaras e quintas para a de grandes propriedades: Observação, de resto, assentada sobre o óbvio, recordada a circunstância de que a influência da cidade cessa a pouco mais de vinte quilômetros da costa.⁷ As acomodações e o mobiliário são, à medida que se avança no interior, cada vez mais rústicos, no mesmo caráter do vestuário, de panos grosseiros, tecidos dentro do latifúndio. Lucecock, atordado diante do fenômeno emergente da variedade das culturas e preocupado em lhe discernir a causa, o atribui, em Pernambuco, à orientação governamental. O feijão e a mandioca se associam e disputam a vizinhança da cana e do algodão, com prejuízo dos lavradores e dos comerciantes, mais interessados nas culturas lucrativas de exportação, fato que teria contribuído para o descontentamento sobre o qual eclodiu a Revolução de 1817. Em outra passagem, vincula a mudança de rumo à quebra do estatuto colonial, provocado pela transmigração da corte, com a entrada nos campos das frutas e dos vegetais.⁸ Conjeturas infundadas, mas calçadas sobre uma situação nova. Coincide o comerciante inglês na sua queixa à falta diminuta de comércio, provocada por essas unidades fechadas, com seu compatriota, o contrabandista Lindley, que escreve em período anterior à chegada de D. João VI.⁹ Não obstante a falta de moeda e o isolamento das fazendas, ainda assim, graças à coluna não destruída da exportação, o tráfico com o exterior permanece ativo, sobretudo para o comércio inglês, agora liberto, senão privilegiado, de todas as amarras. O padrão de trocas obedece, sempre que a praia se distancia, ao escambo, com o crédito de perneio, utilizado em escala inesperada e abusiva.¹⁰ O lucro da atividade agrícola não se expande, como é natural na conjuntura restritiva, reduzido, segundo cálculos de Saint-Hilaire, a dez por cento sobre o capital empregado¹¹, lucro que se eleva no período do café. A terra, diante da nova perspectiva, embora fácil de obter para o requerente bem situado, passa a contar de forma mais expressiva na composição de estabelecimento.

A imediata consequência: o fazendeiro, enclausurado no seu domínio, não é mais o instrumento passivo do intermediário da exportação ou do provedor de escravos. Ele, se a ruína na hora da contração da fazenda não o abateu, tem nas mãos as condições, embora não vigorosas, para resistir à pressão exte-

rior e ditar sua conduta, que a velha arrogância, bebida nos tempos da caudilhagem territorial, lhe inspirará.

A passagem do empresário exportador para o senhor de rendas e produtos coincide com a transmigração da corte, em 1808. Soma-se a maturação interna da colônia a um acidente da política européia, separando o ténue mas já vivo ansio de emancipação das tendências liberais, separação singular e inexistente na América espanhola e inglesa. Um rei absoluto realiza, preside, tutela a nação em emergência, podando, repelindo e absorvendo o impulso liberal, associado à fazenda e às unidades locais de poder. Liberalismo, na verdade, menos doutrinar do que justificador: os ricos e poderosos fazendeiros cuidam em diminuir o poder do rei e dos capitães-generais apenas para aumentar o próprio, numa nova partilha de governo, sem generalizar às classes pobres a participação política. Ocorre que, com a contração econômica do latifúndio, a terra e as conexões produtoras passam a adquirir maior importância, com a gravitação de categorias de pessoas sem terra em torno do proprietário. Nesse sentido, o empresário, o senhor de engenho que, desde Duarte Coelho, impunha seu predomínio graças aos investimentos da indústria de moagem de cana, com as lavouras cativas, converte-se no fazendeiro, estendidas as dependências para todas as culturas, que só ele comercializa e redistribui. O senhor da fazenda é, agora, senhor do mercado fechado e das comunicações exteriores. O engenho — que se compõe da fábrica e da fazenda — alonga o seu segundo componente, numa base agrícola mais larga. No nordeste açucareiro, onde será mais difícil a mudança, com a rígida tradição exportadora e monocultura, os lavradores subsidiários não são mais os donos de terras próprias e os arrendatários dos senhores de engenho, todos dedicados à cana. As terras, segundo o depoimento de Koster, são divididas pelo proprietário, senhor de engenho, em cinco parcelas: as matas, as terras do plantio de cana, as de pastagens, as plantações para alimentação dos escravos e as ocupadas por homens livres. Com o emprego dos escravos na empresa industrial do engenho ou das lavouras de cana, assumem importância as culturas de mandioca e feijão, algumas vezes o milho, gêneros que o proprietário nem sempre pode comprar. Essa necessidade será coberta pelas lavouras dirigidas pelo fazendeiro, com seu pessoal, ou resultará dos homens livres, os moradores sem terras, precariamente fixados ao solo, sem nenhum contrato escrito, vendendo as sobras ao proprietário, que lhes fornece os implementos

agrícolas. "A posição que essas pessoas têm nessas terras ocupadas é insegura e essa insegurança constitui um dos grandes elementos do poder que um latifundiário desfruta entre seus moradores. Nenhum documento é escrito mas o proprietário da terra autoriza verbalmente o morador a erguer sua casinha num terreno, habitando-a, sob condição de pagar uma renda mínima, de quatro a oito mil-réis, um ou dois 'guineus', ou pouco mais, e lhe permite cultivar o que possa fazer possivelmente mas a renda aumentará se for auxiliado por alguém. Às vezes, na convenção verbal, dispõe-se que o rendeiro deverá prestar certos serviços em vez de pagar o foro em moeda."¹¹ Na borda das cidades, a horticultura se expande, cultivada sobretudo pelo imigrante português, disposto a usar das próprias mãos, ao contrário de seu compatriota de há dois séculos. Tollenare percebe, no campo nordestino, três classes: os senhores de engenho, grandes proprietários territoriais; os lavradores, espécie de rendeiros e os moradores, ou pequenos colonos. Os lavradores, rendeiros, sem contrato escrito de arrendamento, plantam cana em terras do senhor de engenho, no velho esquema do século XVI, com o domínio de escravos e lavouras de subsistência. Os moradores gozam da permissão de erguer sua cabana, com pequena retribuição, sujeitos à expulsão sumária.¹² Koster e Tollenare coincidem no seu depoimento: o velho engenho monocultor ganhava novas dimensões, alargando, com a transformação, a estrutura de classes. A ditotomia senhor e escravo perde o conteúdo para armar, em torno do proprietário, uma tocha pirâmide de dependentes, fechada sobre si mesma. O exclusivismo da cana sofreria, ao tempo, brechas pelos produtos do sertão: o algodão e o gado, com fazendas organizadas sem o traço monocultor. No sul — São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro (algumas léguas longe da capital) — a reclusão fazendeira toma maior consistência, agravada pelo isolamento das estradas precárias. Só os escravos, as ferramentas agrícolas e os artigos de luxo, além do sal, vêm de fora, num comércio cheio de entraves e retardamentos.¹³ Nesse contexto, a indústria, depois de levantadas as interdições colbertianas, não pode se expandir, tolhida pela falta de mercado e pelo transporte caro. A produção manufatureira em pequena escala sofreria ainda a concorrência inglesa, com seus produtos cada vez mais baratos.¹⁴

Isolamento, menor dependência do exterior, confinamento às localidades do campo — esse o caráter rural do começo do século XIX. O comércio, fortemente vinculado ao estamento governamental, perde a absoluta supremacia nas fazendas. Ele

se articula em antagonismo ao latifúndio, gravitando em torno da metrópole, da qual depende para alimentá-lo de mercadorias e crédito. Perde, de outro lado, a consistência hegemônica, com a chusma de comerciantes ingleses que, a partir de 1808, invade as cidades do litoral. As capitâneas, centrifugamente voltadas para as unidades agrícolas, não logram gastar-se numa base homogênea de interesses, dispersas, além disso, nas conexões autônomas com o comércio europeu.

2

A dinastia de Bragança cumpria, a 29 de novembro de 1807, um destino já entrevisto pelo primeiro rei dessa casa, D. João IV. As dificuldades da restauração se resolveriam com o Brasil independente, já a única colônia que sustentava a monarquia, a "vacca de leite" da metrópole. O plano se faz realidade, com o fúracão napoleônico desencadeado sobre a Europa, no momento em que muitos reis perdem o trono ou o entregam à voracidade das armas francesas. O Brasil, sustentáculo do reino, torna-se seu refúgio, com imediatas conseqüências sobre a própria estrutura do reino, mal seguro e flutuante sem os recursos americanos, suas rendas, tributos e comércio. A resistência secular ao domínio inglês, resistência desesperada e inútil, esboroa-se, favorecida a quebra, paradoxalmente, pelas armas de Napoleão. O reino não seria inglês, subjugado pelas tropas de Junot, mas o seu cerne, o seu miolo, a sua substância cairiam sob a tutela econômica da Revolução Industrial. A indecisão, as negociações dúplices, as escaramuças diplomáticas levaram à histórica viagem da noite de 29 de novembro, em que o juízo da nação parece recuperado nos lábios de D. Maria I, a Louca, única a lamentar o abandono do país sem combate, sem uma batalha perdida, sem um tiro disparado. O povo, bestializado diante da cena como bestializado assistiria a outra, em outro palco, quase um século depois, o povo não acreditava no que via, entre lágrimas e imprecisões, a dar vazão ao seu melhor sentimento, a saúde. Emigrava a corte, seu ouro e seus diamantes, com metade do dinheiro circulante, frustrada por não poder arrecadar a prata das igrejas.¹⁷ Entre 10.000 e 15.000 pessoas acompanharam o rei, sem contar os militares, embarcados em vinte vasos de guerra, sob a escolta da marinha inglesa.¹⁸ Portugal ficaria entregue a uma regência, o Brasil seria, desde logo, um "novo império", de acordo com a

força dos acontecimentos e a expressa vontade régia.

O desembarque na Bahia traz a primeira consequência da transmigração: fechados os portos da metrópole, a monarquia não podia exportar sua produção e adquirir os bens necessários à sua subsistência. A abertura dos portos, repellido o alvitre de um emprócio inglês localizado e exclusivo da Grã-Bretanha, quebra o pacto colonial, inútil a reserva de provisoriedade inscrita na carta de 28 de janeiro de 1808. Conquistada na verdade ferida com as tarifas preferenciais de 1810, que garantem o mercado brasileiro às manufaturas inglesas por quinze anos. A outra consequência, esta caracterizada com o desembarque no Rio de Janeiro, a 8 de março de 1808, teria profunda projeção interna: as capitânicas, dispersas e desarticuladas, gravitariam em torno de um centro de poder, que anularia a fuga geográfica das distâncias. A capital, no espaço de dez anos, sai da categoria da aldeia dos 50.000 habitantes e conquista os 110.000,¹⁹ que a lança entre as grandes cidades do mundo. O comércio estrangeiro, subitamente admitido na colônia, moderniza a acanhada vida colonial, com o padrão de costumes e idéias novas. A corte aglutina, no Rio de Janeiro, a camada funcionária e faminta de empregos, sob o patrocínio do estado-maior de domínio, reunindo explorados e exploradores no mesmo solo. O nascente antagonismo entre colônia e metrópole quebra-se sob a mole devoradora de fidalgos, concentrando a soberania, a velha e a emergente, sob o trono. A nobreza burocrática defronta-se aos proprietários territoriais, até então confinados às câmaras, em busca estes de títulos e das graças aristocráticas. A corte está diante de sua maior tarefa, dentro da fluida realidade americana: criar um Estado e suscitar as bases econômicas da nação. Sob o império de sua estrutura secular, amoldada ao sistema absoluto de governo, lançará sobre a colônia uma pesada túnica, fio a fio costurada, capaz de disciplinar a seiva espontânea, mantido o divórcio entre a camada dominante e a nação dominada, tímida, relutantemente submissa. As transações, as acomodações, as dilações serão o método de ajustamento entre uma e outra corrente, disfarçadas na condução das obras modernizadoras do alto, de cima, tiranicamente, espetacularmente, com a ilusão do progresso súbito. Timidez e megalomania farão, por muitos anos, a contextura do governo, em quadro já entrevisto por Schwegel no começo do século XIX.²⁰ Entre o passo medroso e o plano temerário a crise quebrará a euforia da embriaguez gerada pelas ilusões mercantilistas. Uma voz tardia, a voz de Timandro dirá, lem-

brando o herdeiro de d. João VI, que o soberano, filho das mãos do povo, usurpou a soberania, fiel ao passado, em nome do direito divino e do poder hereditário. "A nova realza" — declama — "saldada lavra da nação, ostenta-se superior a ela, ataca-a e a absorve em si. É o caso da balada inglesa: o químico concebe o singular projeto de compor uma criatura humana; já os ingredientes reagem e combinam-se no laboratório; forma-se um membro; depois outro; depois outro, enfim um ente vivo palpita e respira. Porém, oh Deus, é um monstro disforme, que lança-se sobre o químico arrependido, o dilacera, e o devora."²¹ A corrente que vem dos campos e dos sertões, dos latifúndios e das câmaras, terá a sua hora, mas, domada e enobrecida, cederá ao comando da ordem superior, em muitas jornadas de olários. A outra alternativa não seria sedutora: a anarquia espanhola mostra a outra face da revolução, da soberania popular sem freio, despidida dos controles tradicionais e seculares da metrópole.

D. João logo organizou seu ministério: a Pasta dos Negócios da Guerra e Estrangeiros, à qual competia a direção geral da política, coube ao conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho (falecido em 1812, substituído por Antônio de Araújo de Azevedo, conde da Barca, morto em 1817, quando ocupou a pasta o magistrado Tomás Antonio de Vila Nova Portugal, com papel principal nos acontecimentos de 1821). A Pasta da Marinha foi confiada ao visconde de Anadia. A da Fazenda e do Interior, a mais ligada ao Brasil, foi entregue a D. Fernando José de Portugal, depois marquês de Aguiar. O ministério, de nítida coloração inglesa, graças à presença de D. Rodrigo, acentua esse caráter com Barca e Palmela. Nenhum desses homens, apesar de sua experiência europeia, sentia a necessidade de reformar o sistema monárquico, na sua implantação no Novo Mundo. "A idéia fundamental de D. Rodrigo em matéria administrativa parecia ser a de acelerar extraordinariamente o movimento sem mudar o sistema do maquinismo, apenas aumentando-lhe as peças e carregando demastado a pressão. Na lida não ocorria ao precipitado engenheiro indagar se a velha e carcomida armação agüentaria a retrega."²² A ascendência do ministro da Guerra e Estrangeiros não se impunha sem atritos: cada um de seus colegas governava seu setor, com o rei participando de todas as decisões. O marquês de Aguiar disputa, por seu talento e sua fidelidade à Coroa, a função de reorganizador da corte. Tudo se concentrou, no primeiro golpe, em situar no mundo político e administrativo os fugitivos desempregados, colocando-lhes na boca uma teta do

Tesouro. Os fidalgos de alta linhagem, os que dispunham de meios próprios de vida, não acompanharam, senão excepcionalmente, o regente. Um duque, o de Cadaval, faleceu em trânsito, na Bahia. Seguiram-no, em ordem de grandeeza, os marqueses de Alegrete, Angeja, Bellas, Lavradio, Pombal, Torres Novas e Vagos; os marqueses de São Miguel e Lumlares; os condes de Belmonte, Caparica, Cavaleiros, Pombeiro e Redondo; o visconde de Anadia, Antonio de Araujo (futuro conde da Barca); d. Fernando José de Portugal (depois marquês de Aguiar); d. João de Almeida (depois conde de Calveas); e d. Rodrigo de Sousa Coutinho (posteriormente conde de Linhares). Vinham a seguir os generais Forbes e Napoleone e a chusma de satélites: mosenhores, desembargadores, lecionistas, médicos, empregados da casa real, os homens do serviço privado e protegidos de D. João. Bram os vadios e parasitas, denunciados por Hipólito José da Costa, que continuariam no Rio de Janeiro o ofício exercido em Lisboa: "Comer à custa do Estado e nada fazer para o bem da nação".²¹ Organizar o império, para o ministério, seria reproduzir a estrutura administrativa portuguesa no Brasil e colocar os desempregados. O eixo da política era o mesmo, secularmente fundido: o reino deveria servir à camada dominante, ao seu desfrute e gozo. Os fidalgos ganharam pensões, acesso aos postos superiores os oficiais da Armada e do Exército, empregos e benefícios os civis e eclesiásticos. Para a sementeira pródiga criaram-se as repartições, com mão larga e a imaginação curta: "O governo do Brasil" — escreve Hipólito — "arranjou-se exatamente pelo Almanaque de Lisboa, sem nenhuma atenção ao país em que se estabelecia. Mostra, por exemplo, o Almanaque, em Lisboa, um Desembargo do Paço, um Conselho da Fazenda, uma Junta do Comércio etc.; portanto, quer o Brasil carregasse desses estabelecimentos, quer não, erigiram-se no Rio de Janeiro, logo que a Corte ali chegou, um Desembargo do Paço, um Conselho da Fazenda e uma Junta do Comércio. Preocisa-se, porém, pela natureza do País, de um Conselho de Minas, uma Inspeção para a abertura de estradas, uma Redação de mapas, um Exame de navegação dos rios, e muitas outras medidas próprias do lugar. Mas, nada disso se arranja, porque não aparecem tais coisas no Almanaque de Lisboa. Remediar-se-ia isto mudando os atuais relógios e substituindo-lhes outros? A nossa opinião é que não, porque a substituição seria dos mesmos elementos, isto é, escolher-se-iam para ministros homens da mesma classe, que são conhecidos somente por serem cortesãos e não por seus talentos como estadistas. Os homens de ciência,

e não cortesãos, não têm modo algum de serem conhecidos e chamados para o governo do seu país."²² A obra de modernização, empreendida pelas mãos de Pombal e dos portugueses europeizados, se substituiu, na colônia, pelo retorno às velhas tradições obscuras. Os reinóis transmigrados, arrogantes e desdenhosos da terra, doídos para volver às delícias lisboetas, não compreendem o país e o tratam como uma conquista a explorar. Os vícios e abusos atravessaram o Atlântico para o "cômmodo plagiato e cópia";²³ para maior carga do Tesouro e maiores ônus sobre a população nativa. A receita pública subiu, de 2.258.172\$499, em 1808, para 9.715.628\$699 em 1820. O Banco do Brasil, ao invés de auxiliar do comércio e da indústria recém-liberada, obedeceu, de acordo com a inspiração de sua lei orgânica, ao papel de servir o erário, destino que o matou depois de treze anos de precária existência. A despesa recai, em mais de dois terços, num período e outro, no custeio da casa real, Exército, tribunais, pensões e soldos.²⁴ Tudo fluiu ao aparelho de sucção da corte — o cancro roedor da vitalidade econômica do país... ela acudia aos seus dependentes imediatos não só com mesadas e cargos rendosos, mas até com rações diárias de viveres, as quais não eram desdenhadas mesmo por pessoas bastante rias. As despesas da ucharia de D. João VI ficaram impressas na tradição popular e são ainda hoje citadas como simbólicas da imprevidência e prodigalidade da administração da Real Casa. No ano de 1818 — o por menor é suficiente — consumiam-se diariamente no Paço 620 aves, muito mais naquelas rações, cujo valor subia, o das mais importantes, a 500 francos por mês, do que na alimentação mesma do palácio. Para se fazer uma melhor idéia do desperdício, pode-se referir que a ração diária da aia do Infante D. Sebastião, filho do falecido D. Pedro Carlos, abrangia 3 galinhas, 10 libras de carne de vaca, meia de presunto, 2 chouriços, 6 libras de porco, 5 de pão, meia de manteiga (que era muito escassa no Rio), 2 garrafas de vinho, 1 libra de velas, 1 de açúcar, café, frutas, massas e folhados, legumes, azeites e outros temperos.²⁷ Mais de 300 cavalos e muares ocupavam cocheiras do paço de São Cristóvão, acrecido de outro tanto no paço da cidade. Nessa dança de desperdícios, a sovínice do rei, poupado até a miséria com seus recursos próprios, formava contraste ridículo com a folga dos funcionários e dos grandes. O ambiente inspirou a um zeloso burocrata a expressão, que fez fortuna durante um século e meio: o país está "à borda do precipício".²⁸

A obra da corte não se reduziu apenas à contrafação lisboeta. O sistema monocrático, com assento no soberano e seus três ministros, fiel aos precedentes absolutistas, reduziu os conselhos – os poderosos e tardos conselhos dos séculos XVII e XVIII – a órgãos quase decorativos, embora dispendiosos. A carapaça administrativa, enorme e inútil, composta, ao lado da ordem ministerial, do Conselho de Estado, da Mesa de Consciência e Ordens, do Conselho da Fazenda, da Junta do Comércio, da Intendência Geral de Polícia, da Casa de Suplicação, tribunal este que se articulou sobre a relação do Rio de Janeiro com o Desembargo do Paço, não esgotou as atividades da corte. O comércio, com a abertura dos portos, ganhou sítio incremento. A indústria tornou-se livre, revogadas as medidas colonialistas do século XVIII. As proibições e os monopólios que emperravam a produção e o sistema de trocas tendiam a desaparecer em alguns setores, a se mitigar em outros, mantidos, entretanto, numa teimosa faixa reservada à Coroa. A economia moderniza-se, sobretudo com a influência dos comerciantes ingleses, sem adotar o liberalismo, pelo qual suspira, há trinta anos, o escol intelectual da colônia.²⁰ Essa tendência liberal terá, no seu bojo, voluntária ou implicitamente, o conteúdo anticolonialista, emancipador. O espírito comercial dos negociantes, portugueses na sua maioria, será tenaz obstáculo à atualização dos métodos. Ralam-lhes a seriedade burguesa, a ética da limpeza nas transações, a perseverança nos compromissos e tratos, segundo mais de uma queixa dos comerciantes estrangeiros, imbuídos das práticas do capitalismo. “Em seus negócios” – refere Lindley acerca da classe mercantil da Bahia –, “prevalece a astúcia mesquinha e velha, principalmente quando efetuadas as transações com estrangeiros, aos quais pedem o dobro do preço que acabarão aceitando por sua mercadoria, ao passo que procuram desvalorizar o que terão de obter em troca, utilizando-se de todos os artifícios ao seu alcance. Numa palavra: salvo algumas exceções, são as pessoas inteiramente destituídas do sentimento de honra, não possuindo aquele senso geral de retidão que deve presidir a toda e qualquer transação entre os homens.”²¹

Ao protestante austero, austero embora contrabandista, do contrabando inglês que rompia o monopólio colonial, escandalizam as sobrevivências da barganha pré-capitalista, para a economia seria um trabalho de especulação.

A corte, desligada da metrópole, reluta em aceitar a passiva submissão às manufaturas e ao comércio britânicos. Sente que o capitalismo industrial, na plenitude de seu desenvol-

vimento, retirará do sistema político português todas as bases de poder. Admitido o ingresso da Grã-Bretanha, tolerado por força das circunstâncias com as tarifas privilegiadas de 1810, o controle da economia não será mais possível, reduzido o governo a mero cobrador de impostos. O conflito, travado em nome de duas ideologias, a mercantilista e a capitalista liberal, repousa, na verdade, no centro da própria estabilidade do domínio patrimonial do Estado. O comércio português e o brasileiro adverte-se, desde logo, em representações dirigidas ao soberano, do risco causado aos seus interesses, ²² risco que, dados os vínculos com a carnada dirigente, acabarão ferindo a Coroa. O revide à ameaça será imediato, lançado do alto, em obra de comando e coordenado dos interesses privados, privados mas associados e protegidos pelo estado-maior de domínio. Uma série de ações prepara a defesa do reduto monárquico, liberto do ógro francês, mas exposto a um perigo maior, cauteloso, pacífico e universal. Era necessário que o encerramento do período colonial não significasse o fim do sistema monárquico, com a emancipação econômica, emancipação sob o controle do estrangeiro mais rico. Duas medidas de envergadura firmariam as trincheiras de resistência: a criação do Banco do Brasil (12 de outubro de 1808) e a fundação da siderurgia nacional (10 de outubro de 1808). Outras providências completariam o edifício: a liberdade industrial, os melhoramentos urbanos e de transportes, o Jardim Botânico, destinado ao transplante experimental de novas culturas, a fábrica de pólvora, o Arsenal de Marinha (construção naval), a Tipografia Régia, a instituição do ensino superior militar e médico etc. A monarquia portuguesa, assediada pelas armas francesas e pelas manufaturas inglesas, rebelde à absorção estrangeira, voltou-se para a ex-colônia, numa obra quase nacionalista capaz de converter-se numa nação independente. Um Estado sitiado refugiava-se no perigo menor, no perigo menor à estabilidade do sistema monárquico, certo de que a América o prolongaria. O astuto e calado d. João, fino e dissimulado, herdara de sua casa, como demonstrarão os sucessos da década de 20, uma preocupação obsessiva, permanente, fixa: a conservação da coroa na sua cabeça e na de seus sucessores. O alcance objetivado na criação do Banco do Brasil está inscrito no alvará de 12 de outubro: auxiliar do Tesouro, casa emissora e agência de sustentação do comércio português, que, no momento, saía da tutela comissária para a autonomia. “Eu, o príncipe regente, faço saber aos que este meu Alvará com força de Lei virem: que atendendo a não permitirem

as atuais circunstâncias do Estado que o meu Real Erário possa realizar os fundos, de que depende a manutenção da monarquia e o bem comum dos meus fiéis vassallos, sem as delongas que as diferentes partes, em que se acham, fazem necessárias para sua efetiva entrada: a que os bilhetes dos direitos das Alândegas tendo certos prazos para seus pagamentos, ainda que sejam de um crédito estabelecido, não são próprios para o pagamento de saldos, ordenados, juros e pensões que constituem os alimentos do corpo político do Estado, os quais devem ser pagos nos seus vencimentos em moedas correntes: e a que os obstáculos que a falta de giro dos signos representativos dos valores põem ao comércio, devem quanto antes ser removidos, animando e promovendo as transações mercantis dos negociantes destas e das mais praças dos meus domínios e senhorios com as estrangeiras.⁷¹² As emissões — a substituição do ouro pelo papel, já recomendada por Adam Smith — complementam as deficiências do sistema tributário e suprem a escassez de moeda, dificuldade que emperra, durante o período colonial, o comércio, segundo uma queixa que vai dos *Diálogos das Grandezas* aos viajantes da época da transmigração. O curso forçado inaugurou o sistema interno da moeda brasileira, instrumento dos audaciosos planos futuros de fomento comercial, com as crises que devastarão o país, na hora em que a embriaguez e a megalomania cedem lugar à realidade. As emissões, limitadas à “necessária cautela” dos administradores, matarão o estabelecimento, engajado e roído pelos gastos governamentais. A liquidação do banco não eliminará o expediente, incorporado, mais tarde, às diretas manipulações do Tesouro. Nem os tributos lançados em seu benefício evitarão o desastre, devido mais aos preconceitos monetários da época. Mauá dirá, mais tarde, que o meio circulante brasileiro, desde então, será unicamente constituído de papel inconversível: regulador de todas as transações e exclusivo instrumento das trocas.⁷¹³ O apego ao ouro seria um fator de dependência, de obediência aos padrões europeus, sugeridos para a liquidez da dívida externa. A liquidação do banco teria sido, dentro dessa perspectiva, o mais grave erro do Primeiro Reinado.⁷¹⁴ A outra coluna da emancipação econômica do Brasil — a siderurgia — resultou num malogro, o mais relevante da economia brasileira, com o retardamento de quase um século e meio do surgimento da indústria nacional. As três tentativas de D. João, em Minas Gerais e São Paulo — as obras de Câmara, Varnhagen e Schwege —, foram deficitárias, incapazes de abrir o mercado interno e conter a

concorrência estrangeira: Schwege, ao perguntar se poderia manter-se no Brasil uma grande fábrica de ferro, analisa as causas do desastre dos empreendimentos de D. João, causas que explicam a impossibilidade da indústria no começo do século XIX. A natureza liberal do país, começa a lamentar o metalurgista, engana os brasileiros: supõem que podem mobilizar, de golpe, seus recursos naturais. A crítica dardejia diretamente o soberano, com a sua preocupação de, por meio de alvarás e incorporação de sociedades, suscitar, do deserto, uma grande indústria. Em primeiro lugar, um dilema: os estabelecimentos do litoral seriam feridos pelo alto custo do transporte da matéria-prima e dos salários (viveres e o prego do escravo). No interior, onde a matéria-prima é barata e os custos de mão-de-obra, menores, não há mercado, obrigados os produtos a correr para a costa, onde o custo dos transportes onerará esses produtos, tornando-se mais caros que os similares importados. O ponto de onde se irradiam todas as dificuldades, ponto não observado por Câmara e pelos planejadores, está na dispersão dos consumidores e na fabricação local, dentro dos latifúndios, de ferro em pequenas forjas. A autarquia agrária, a população disseminada, o baixo consumo — essas as circunstâncias que retardarão a indústria brasileira.⁷¹⁵ O baixo consumo, mantido pela escaravidão e pela disparidade brusca de fortunas, condenará a maioria do povo a viver da mão para a boca. De outro lado, o caminho da proteção alfandegária, necessário para assegurar a permanência da indústria, estava irremediavelmente fechado. A Inglaterra, como de hábito, sempre que auxiliava Portugal a sair das dificuldades europeias cobrava alto prego pela solidariedade: pelo tratado de 1810, os direitos alfandegários passaram a 15% para as mercadorias inglesas, taxa menor que a dos produtos portugueses, ou vindos de Portugal, com o ônus de 16% até 1818. A emancipação de fato do país do estado de colônia — anotou Varnhagen — “não podia ser domi permanente gratuito”.⁷¹⁶ Além do agravamento tributário e da criação de novos impostos, Portugal cedia a primazia do comércio à Grã-Bretanha, desejoso embora de retomar as vantagens transferidas por outros meios, os imaginários meios de fomento interno, em revide colbertiano contra a Revolução Industrial capitalista. Revide, entretanto, sem base e sem realidade, perdido nas escaramuças, nos planos, na fantasia inconsequente. A tarifa de 24%, prevista no ato de abertura dos portos, teve vida efêmera: o sócio das lutas antinapoléonicas exigiu, desde logo, o valor dos seus serviços em moeda. O patrocínio do governo às manufaturas,⁷¹⁷ e não só à

siderurgia, não logrou, diante do obstáculo criado pelas circunstâncias internacionais, gerar frutos permanentes. Para o consuidor — e, na realidade, os bens ingleses atingiram logo todas as classes — o novo sistema abriu maiores perspectivas de aquisição: a participação do Tesouro caiu de 150% para 24%. De onde se colhe que o pacto colonial era uma exploração econômica, em vez de ser “uma remuneração financeira que aproveitasse a todos os elementos da organização mercantil”.³⁸ A franquia dos portos às “nações amigas” foi mais um elo da hegemonia econômica inglesa, mal detida pelas veleidades pomboalinas, perfazendo o tratado de 1810 o açambarcamento da colônia à influência inglesa, influência, no íntimo, tolerada com relutância no Rio de Janeiro, segundo o insuspeito testemunho de um comerciante britânico.³⁹ Palmela, insuspeito de desamor à Grã-Bretanha, sentia que a real incorporação dos portos brasileiros ao comércio inglês seria “na forma e no fundo o mais lesivo e o mais desigual que jamais se contraiu entre duas nações independentes”.⁴⁰

A transmissão superpôs à estrutura social existente a estrutura administrativa do cortêsio fugitivo, com os “renovamentos das superfúas velharias de uma sociedade desfiada, em que a burocracia se tornará o ideal da vadiagem paga”.⁴¹ Provocou um estremecimento, quase um terremoto, na ordem social e econômica: atingiu o comércio, em todas as suas implicações e braços, a classe lucrativa, já ferida com a contração do latifúndio agrário, excitou os senhores territoriais enamorado da aristocracia, experimentada oficialmente, brevemente com as milícias e ordenanças, no exercício dos cargos das câmaras militares, desencadeou a animosidade, o cúmulo do burocrata colonial ao funcionário emigrado, favorecido com promoções à fidalguia e aos postos principais. A primeira abordagem da corte com a gente da terra deu-se com a classe dos comerciantes, que cederam ao príncipe e aos fidalgos as casas de moradia e financiaram as festas de regozijo pela viagem venturosa. Esse convívio revelou, desde a primeira hora, a espoliação dos transmigrados contra os proprietários. O soberano requisitava as moradias que entendesse — o direito de aposentadoria real — mediante o sumário processo de colar à porta as iniciais P.R. (Príncipe Real), que passou a ser rancorosa e zombeteiramente chamado de “ponha-se na rua”. Voltados dois anos, os proprietários começaram a reclamar, em vão, a retomada dos imóveis. O aluguél, tabelado de acordo com o último imposto predial pago, não correspondia à realidade, sobretudo tendo-se em conta o aumento sofrido com a mudança

da corte e a abertura dos portos. Essa dura imposição, acrescida do agravamento tributário, lançou a primeira ducha de água fria no povo, suscitando o dissídio, logo a seguir aberto, entre o português, o funcionário emigrado e desdenhoso, e o brasileiro, caracterizado este, pouco a pouco, no senhor rural, arredado o comerciante da contenda por suas origens e suas ligações metropolitanas, o comissário a que aludia o marquês de Lavradio. Depois da Independência, o jornal dos Andradas recordará o ódio antigo, cada vez mais vivo: “Os ínfames cortesesos que haviam acompanhado ao senhor D. João VI, os ínfimos criados do seu pago, em pago do benigno acolhimento que tiveram, só nos retrubiram com insultos e injúrias as mais ofensivas que se podem imaginar. O direito de propriedade, o mais sagrado de todos na sociedade civil, foi impunemente calcado aos pés por estes vândalos. Cidadãos mui respeitáveis foram obrigados a despejar suas casas para aposento deles; a outros tiraram-se quintas e fazendas por uma compra forçada ou aparente com promessas vãs de proteção, que nunca se verificaram”.⁴² Obviamente, tais ressentimentos não permaneceriam vivos se, em compensação da propriedade expropriada, outras vantagens ressarcissem o prejuízo. Ao panorama de crise do setor mercantil, provocado pela queda do movimento das exportações, soma-se, agravando-o, o comércio estrangeiro, estruturado sobre a abertura dos portos. Os mercadores portugueses, já em agudas aperturas com o isolamento dos comitentes de Lisboa e do Porto, vêem chegar levadas e mais levadas de uma classe então inexistente. Somente mais tarde, com a libertação do reino das tropas napoleônicas, renascerá o mercador português, reafirmado nos seus vínculos, em oposição aos anseios locais de independência, protetor das forças militares que a ela se contrastam, no Rio de Janeiro, na Bahia e no Norte. O interregno levará, entretanto, a cindir o comércio português em duas seções, o reinol e o que tende a se naturalizar, alienadas ambas as fatias do predomínio inglês, representado, na América, por seus próprios agentes. Essa categoria salvou-se do aniquilamento, contudo, pelos contratos com o poder público e pelos negócios negreiros. Em verdade, o declínio do comércio português é anterior a 1808 por força das manufaturas inglesas, que, com melhores preços, invadem o mundo por meios fictos ou por intermédio do contrabando. O negociante inglês, depois da abertura dos portos, está em toda parte, não raro com o protesto dos negociantes locais. O pacto colonial ruía para nunca mais se erguer. Maria Graham, em 1822, só tinha olhos, no Rio, para o

comércio estrangeiro: "Há muitas casas inglesas, tais como celeiros e armazéns, não diferentes do que chamamos na Inglaterra um armazém italiano, de secos e molhados; mas em geral, os ingleses aqui vendem suas mercadorias em grosso a retalhistas nativos ou franceses. Os últimos têm muitas lojas de fazendas, armário e modistas. Quanto a alfaiates, penso que há mais ingleses do que franceses, mas poucos de uns e outros. Há padarias de ambas as nações, e abundantes tavernas inglesas, cujas insígnias com as bandeiras da União, leões vermelhos, marinheiros alegres, e tabuletas inglesas, competem com as de Greenwich ou Deptford".⁴³ O príncipe de Wied Neuwied sentia, igualmente, a "exagerada preponderância da Inglaterra",⁴⁴ com a rápida mudança de hábitos: os talheres ingleses ensinam a comer, as fazendas a vestir, as bebidas a beber. Era a economia "imperialmente dominada"⁴⁵ e a sociedade subvertida no seu isolamento e atraso, modernizando-se muito e civilizando-se pouco, o luxo em lugar da cultura. Dos 777 navios portugueses entrados no Brasil, em 1807, apenas 57, em 1820, passaram a frequentar o Rio de Janeiro.⁴⁶ A presença dominadora da Grã-Bretanha e o recesso da euforia provocada pela guerra, sequiosa de produtos coloniais, arredam Portugal das costas americanas.

Diante do forçado retraimento da classe mercantil, a tradicional aliada do centralismo dos reis, uma outra classe, até então perdida no interior, emerge na corte. "Os grandes proprietários rurais, de S. Paulo e Minas especialmente e do interior fluminense, viram-se naturalmente atraídos pelo brilho da corte real e pelas seduções das honras, títulos e dignidades de que ali se encontrava o manancial: entraram portanto a frequentar esse Versalhes tropical sito em São Cristóvão. Ali se despiam de alguns preconceitos, alijavam certas velharias de espírito e prestavam ouvidos aos novos Evangelhos. Talvez ao mesmo tempo contraíssem vícios. O efeito da instituição servil sobre que se baseava a nossa organização social era tão poderoso e por forma tal amolecera a fibra brasileira, enrijada nas lutas contra a natureza, que, conforme observaram com critério Spix e Martius, muito mais do que o gosto das artes, ciências e indústrias, fez o contato europeu desenvolver-se no Reino Ultramarino o gosto do conforto, do luxo e dos encantos da vida social."⁴⁷ Sobre eles passou a repousar o brilho das recepções e o fluxo dos tributos. A *gentry*⁴⁸ procura arredar, no caminho do trono, o luso transmigrado e o comerciante, com a promoção de seus postos de milícias e ordenanças de seus cargos municipais às

mais altas dignidades da corte, aliados à burocracia colonial de segundo grau, exiliada nos municípios e nas capitânicas, solidária com os senhores rurais. Essas duas parcelas, sob o comando da primeira, formarão o núcleo ativo das idéias separatistas quando se mostrar inviável o reino unido e fornecerão o incendiário contingente às Cortes de Lisboa, adensadas, nas suas idéias, pelos intelectuais desprezados pela máquina oficial. Essa é a gente que Saint-Hilaire irá encontrar em São Paulo, ignorante de teorias, respeitadora da autoridade do rei, mas lúcida de que "o restabelecimento do sistema colonial lhes causaria dano porque se os portugueses fossem os únicos compradores de seu açúcar e café não mais venderiam suas mercadorias tão caro quanto agora o fazem".⁴⁹ A Coroa sabia o modo de domar o proprietário rural com os remédios já usados em outro tempo no alicionamento dos conquistadores e dos descobridores de minas: os dourados honoríficos, nobilitadores e inuteis. A distribuição será módicá, nos graus, sob D. João e de mãos largas no reinado de D. Pedro I, que, de golpe, fundou a aristocracia brasileira, desde logo mais numerosa do que a de Portugal, em muitos séculos de monarquia. O príncipe regente, embora pródigo na senecadura, limitou-se às ordens honoríficas: 2.630 cavaleiros, comendadores e grã-cruzes de Cristo, 1.422 das Ordens de São Bento de Avis e 590 de Santiago. Os barões, viscondes, marqueses e condes viriam depois, sob D. Pedro. A política era, nas intenções, finória: com papel, fita e metal conquistava lealdades, emparelhando na mesma dignidade brasileiros e portugueses, os nativos latifundiários e os transmigrantes. No momento da nascente efervescência, quando os fazendeiros viam ao seu lado os arrogantes lusos, o engodo não realiza o mesmo milagre de um século atrás. Mais tarde sentir-se-ia que o outropél serviria apenas para "engodar os fofos" e "premiar os indignos"⁵⁰ — isto é, a vacuidade, em termos de poder, das honrarias tornava-se patente, ameaçando despartar no brasileiro os padrões antiaristocráticos, filtrados pela literatura revolucionária francesa. Depois da lua-de-mel inicial, da corrida às insígnias e da liberalidade das condecorações, sobretudo com o dissídio da Revolução de 1817, os brasileiros começam a ser vistos com desconfiança. Alguma coisa os distinguia dos fiéis vassalos emigrados e dos comerciantes reinóis atrelados aos interesses da metrópole. As altas patentes do Exército tornam-se monopólio dos portugueses. Nos dias de 1810, Hipólito José da Costa já nota o irremediável confronto entre as duas nacionalidades, definido pelas desconfianças mútuas,

prejuízo das oposições futuras. "Os naturais do Brasil" — escreve o grande jornalista —, "quando vinham a Portugal, eram olhados como estrangeiros pelo governo, e como macacos pela plebe. Agora, está o Governo no Brasil, e pela mesma razão podiam os seus naturais olhar os europeus como estrangeiros. Mas, nem um só dos compatriotas do Brasil tem sido promovido ao Conselho de Estado: estrangeiros em sua casa e estrangeiros fora dela. Isto prova não só o monopólio de que falamos, mas a falta de senso comum dos monopolistas, porque, ao menos para adoçar a boca dos povos do Brasil, podiam ter nomeado um dos seus naturais para o Conselho, escolhendo algum adulator ou parasita, de que o Brasil abunda tanto como qualquer outro país do mundo. Mas, nem isso se tem feito. Vai em três anos que os estrangeiros ali foram buscar abrigo, e qualquer que seja a opinião dos europeus sobre a falta de talento e de energia dos naturais do país, todos devem confessar que os brasileiros não são cegos, e basta ter vista para conhecer a injustiça deste proceder, principalmente observando as circunstâncias atuais entre a Espanha e suas colônias."⁵¹ A perspectiva europeia tornava mais clara a obscura realidade, mal percebida por brasileiros e portugueses, reunidos no Rio de Janeiro, sem intimamente se amalgamarem. O obstáculo à fusão vem da ordem política e administrativa tradicional, incapaz de se renovar e de ceder aos impulsos sociais nativos. Ao casamento preferiu a Coroa, vencida pelos seus preconceitos estamentais, a justaposição hierarquizadora, com a manutenção, nas capitânias, do sistema militar e burocrático.

Com o entendimento entre a corte e o comércio, derivado dos fornecimentos, créditos, dos contratos de arrecadação tributária, a *gentry* sentia que nada lhe sobraria, para o incremento de seu poder, no Rio de Janeiro. Ressentida e cabisbaixa, enganada e ridicularizada, ela volta aos seus latifúndios, já revitalizados com o café e enriquecidos com a melhor e momentânea exportação de seus produtos. Ela voltará para outros enganos e outras decepções, ao calor de seu poder armado, para uma jornada de dez anos. Compreendeu afinal que as "honrarias ocas" não valiam os sacrifícios feitos em dinheiro e homenagens: o caminho de volta se impôs. Os grupos que ficaram escolheram o isolamento, fingindo-se pobres ou replicando à arrogância e ao desprezo com altaneiro desdém.⁵² Os fazendeiros, retirados nos seus latifúndios ou vilas, vão descliar a ideologia separatista, portadores, agora, cada vez com maior consciência de que eles são a nação. A burocracia, em breve, viria se cindir com o retorno de

suas camadas mais altas e com a nacionalização de outros setores, nacionalização o provocada pela permanência dos cargos na corte nativa. Enquanto amadurecem as forças que definirão o decênio seguinte, a corte — "infame, corrupta, depravada", como a qualifica Borges Carneiro — veria a sua hora crepuscular, atolada em negócios e traficâncias. As propinas e as luvas aproximam comerciantes e burocratas, mercadores e fidalgos, expressão doentia de uma estrutura intangida. A geografia ultramarina não era, para a metrópole, não destruída apesar de sua mudança, o campo para o negócio de suas manufaturas ou o prolongamento de sua sociedade. Representa fundamentalmente um mundo a explorar com tributos, controle comercial ou monopolização de produtos. Na medida em que as duas trações — a metrópole e a colônia — não mais se entendem em termos de estrita dependência, o velho divórcio das sociedades produzira os frutos explosivos da separação. Velho divórcio entre o governo-geral e as populações, entre o colono e o indígena, entre o obsoleto Almanaque de Lisboa e as capitânias, entre, finalmente, o Estado e a Nação. A carapaça transmigra, incapaz de digerir a extensão americana, a sufoca e a amordaça. A sociedade, alheia às manipulações de gabinete, não se politiza, incapaz de transmitir oxigênio, calor e sangue ao Estado imobilizado, lígido, impenetrável. Uma surda corrente subterrânea emergirá, devastando instituições e preconceitos, idéias e convenções, costumes e vícios. O confronto acabará, entretanto, numa transação e num recuo. No momento, ensaiam as fações a futura estratégia, a de baixo, anárquica e selvagem, a de cima, astuta, macia e sem escrúpulos.

3

Uma vigorosa corrente subterrânea, que ameaçara alforar contra os emboabas, hesitante mas viva contra os massates, tímida e ativa na Inconfidência, emerge em 1817 em Recife. Adensa-se uma constante, já homogênea no começo do século XIX, estruturada na propriedade agrária, em conflito com a cúpula burocrática, vinculada ao comércio urbano e internacional, o comércio de raízes portuguesas. A aliança entre propriedade agrária e liberalismo, visível nos demagogos letrados, entrelaçada pelos padres cultos, pelos leitores dos enciclopedistas e pelos admiradores da emancipação norte-americana, ensaia seus primeiros e vigorosos passos, que darão os elementos de luta nos dias agitados

de 1822 e expulsarão o imperador em 1831, incapazes, todavia, de organizar o Estado à sua imagem. 1817 não sugere um movimento malogrado, mas a mostra de uma tendência possível, como possível foi o processo de independência e de fragmentação do mundo americano espanhol. Para que se conserve o estado da transmigração e do reino unido, os dois eios da cadeia hão de ceder: a sufocante cannísa-de-força bragantina e a rígida organização militar e burocrática aderida às capitãrias e aos municípios. Os mecanismos de controle político teriam de se reordenar para ensejar a permanência da dinastia e assegurar o convívio com as forças locais de produção, povoamento e de intercâmbio social. Os engenhos de açúcar, as fazendas de algodão e de gado não poderiam continuar a gozar apenas da liberdade vigiada, amordaçadas colônias penais entretidas na paz pelos afagos do rei ou pelo dedo no gatilho das autoridades. A opressão – expressa nos tributos impiedosos e nos recrutamentos forçados – deveria ser reformulada por uma corte que, posto tradicionalmente intoxicada pelo absolutismo, seria sensível ao espírito conciliatório. O príncipe D. Pedro, em agosto de 1822, sentia bem a extensão da chaga ao denunciar a cobija da metrópole, que exigia dos brasileiros o pagamento do “ar que respiravam e da terra que pisavam”, prometendo novo sistema tributário.⁵³ Enquanto a reforma não alcança o interior e as cidades, o Recife liberta um brado: “Viva a Pátria! Mata marinheiro!” Os interesses e a ideologia da primeira parte do acorde subversivo se formaram de muitos fragmentos, de difícil liga e conciliação – o descontentamento fluído de muitas categorias, soldados, comerciantes e sobretudo dos agricultores. A segunda parte tinha um só alvo: os portugueses – os marinheiros das viagens transatlânticas, sugadores da economia local, o alto comércio preso à metrópole. Uma testemunha presencial dos acontecimentos, adversa à rebelião, situa a causa do descontentamento dos brasileiros na inveja da prosperidade dos portugueses, inveja voltada contra os comerciantes ricos e sublimada em “banquetes brasileiros dos quais se excluía o pão e o vinho da Europa, servia-se com ostentação a farinha de mandioca e a ruim aguardente nacional; enfim, tinham sido erguidos brindes à independência contra a tirania real e contra os portugueses da Europa.”⁵⁴ Varrhagen, também hostil à insurreição, na qual não vê um precedente à independência, para ele derivada do ato régio de abertura dos portos, liga-a aos precedentes pernambucanos da economia. “Pernambuco” – escreve – “era a capitania onde mais pronun-

ciada e enraizada se encontravam, especialmente desde a Guerra dos Mascates, as antigas rivalidades entre os colonos nascidos no Brasil e os nascidos em Portugal. Essas rivalidades datavam já do primeiro século da conquista, e se tinham transmitido de geração em geração. Os filhos dos primeiros conquistadores, aventureiros, cavaleiros e pródigos, viam-se pobres e dependentes dos novos adventícios, que em poucos anos se enriqueciam, em virtude de sua sobriedade e economia.”⁵⁵ As lojas maçônicas, que irrompem na história brasileira, aglutinam os descontentes, com os padres urbanos no primeiro plano, também eles vítimas do despotismo da corte, que consumia os dizimos sem aplicá-los aos seus fins. No centro da conspiração e da revolta atuam os latifundiários, feridos pela voracidade do comércio exportador e financiador, feridos mas com maior raio de autonomia para organizar o revide e sentir o empobrecimento. A prosperidade episódica da guerra anglo-americana de 1812-1813, que elevou as exportações de algodão, não restaurou os padrões antigos: em 1816 e 1817 produzia-se menos que em 1805 e em 1807. O açúcar não conseguiu voltar à prosperidade de outros tempos, com os impostos de alfândega onerando as exportações. O credor, sempre o comerciante, mantém a ameaça iminente da tomada das propriedades agrícolas, apesar das leis protetoras do devedor. O contribuinte, premido pela ausência de comunicação com o governo, não percebe no imposto – segundo o depoimento de Tollenare – uma “aplicação em benefício geral, mas, como um pagamento forçado feito à pessoa do soberano, que dele dispõe como lhe apraz e sem prestar contas, o que estabelece entre administrador e administrados uma espécie de hostilidade pouco conveniente.”⁵⁶ O sistema colonial, calcado sobre o tráfego de mercadorias e as extorsões de renda dele derivadas, apresentava as suas deficiências, vivas no contraste de uma já quase integrada rede de produtores rurais. Os interesses entre comércio e produção se opõem cada vez mais, traduzindo o conflito entre colônia e metrópole, concentrada esta na corte, embora incorporada ao espaço físico americano. O comércio, visceralmente português, prende-se ao soberano, agente dele também, pelas arrematações, nas cobranças do fisco. Profeticamente, cinco anos antes dos acontecimentos de 1821 e 1822, um comerciante francês, sediado no Recife, sentia que era difícil ser, ao mesmo tempo, rei de Portugal e do Brasil “e agir paternalmente para com dois povos. Um não pode viver sem o monopólio (entendase: o estatuto colonial); o progresso do outro exige a sua

supressão".⁵⁷ Este, na verdade, o conflito maior, ao qual os outros dissídios se submetem: a manutenção da obsoleta política metropolitana num país autônomo. O retratamento de Portugal aos seus recursos seria a sua ruína, com o malogro do sistema comercial e do sistema político dominante. A expansão brasileira importaria na supremacia da classe proprietária, emancipada do estamento social, com a soberania apropriada pela nação, ao preço dos riscos, perigos e da anarquia da passagem de uma estrutura a outra. O caos das repúblicas espanholas rondava todos os caminhos.

A Revolução de 1817 deixou no solo germes de revivescimento, que se prolongarão em 1824, na Confederação do Equador. Definiu um ideário, que se prolonga no curso de todo o Império, com o liberalismo forrado de energia republicana. Prende-se a uma situação social e econômica permanente, vulcão submerso, capaz, se a cúpula se desintegrar, de irromper bruscamente na superfície. Ele cristalizara elites próprias, mal assimiladas às categorias de poder institucionalizado, com fazendeiros, padres, comerciantes sem dependência portuguesa, advogados, funcionários de segunda linha, enovelados, todos, na maçonaria e nas milícias e ordenanças. A classe média e os escravos sentem que o movimento não lhes pertence, voltado para interesses conservadores, acedendo ao seu ímpeto apenas para negar a ordem estabelecida, sem identificação com as realidades que a sustentam. A composição do governo de 1817 fixa a moldura da gente nova, sequiosa de mando, alheia à nobreza agarrada ao Tesouro de D. João VI: um comerciante que, malogrado em suas especulações, se converte em senhor de engenho (Domingos José Martins), um agricultor, um magistrado, um militar e um padre. No Conselho de Estado, um homem avulta, embora nunca reconheça sua participação no governo: Antonio Carlos Ribeiro de Andrada (1773-1845), ouvidor de Olinda, cujo verbo ecoará nas Cortes de Lisboa e na Assembleia Constituinte depois de severa prisão na Bahia. Esse primeiro Andrada a ganhar fisionomia, convulsivamente, na história do Brasil explicará, mais tarde, sua fidelidade a d. Pedro na hora da Independência: em 1817, como em 1822, sua posição será igual, mudou o rei, antes absolutista, agora encarnação da liberdade.

O duelo prometido pelas circunstâncias e anunciado em 1817, duelo entre a metrópole absolutista, enquistada na transitoriedade do Rio de Janeiro e as nativas forças desencadeadas, liberais por fora, anárquicas no seu conteúdo – esse duelo não

houve. As vigorosas bases que sufocaram a rebelião pernambucana – o Exército português, o comércio transoceânico de origem e interesses metropolitanos, a burocracia – sofreram, dentro da sua cidadela, golpe inesperado. A partir do Rio de Janeiro, com a integração de São Paulo e Minas Gerais, um movimento, nacional na essência, conquistaria e uniria as forças políticas dispersas e descontentes. Por meio dele, a linha que parte da abertura dos portos levará ao 7 de Setembro sem ruptura, senão na superfície, do edifício monárquico na feição que lhe infundiram a revolução de Avis e a restauração de 1640. A rápida sucessão de acontecimentos, concentrada em dois anos de febre, arma-se a partir da Revolução de 24 de agosto de 1820 irrompida no Porto. Ela aproximará a corte dos interesses brasileiros e fará da independência um imperativo de sobrevivência monárquica. Duas faces lhe darão contutura: a face da intriga política, vivida na cúpula do sistema com a dança dos conselhos e dos cortesãos, e a face nacional, tecida nos latifúndios e nas relações comerciais. O reino unido, fórmula consagrada em 1815 pelas peripécias da política europeia pós-napoléônica, seria o eixo da contestação dos revolucionários portugueses. A união não tinha realidade: à supremacia de Portugal, vigorante até 1808, sucedera a supremacia do Brasil, com a quebra do estatuto colonial e dos instrumentos de sucção fiscal, agora concentrados no Rio de Janeiro. Uma circunstância agrava o fictício elo: Portugal precisava do Brasil para reanimar seu comércio e suas manufaturas e o Brasil poderia dispensar Portugal, com proveito à sua economia. Não causa espanto, desta sorte, que a esclarecida opinião brasileira – José Bonifácio, Hipólito José da Costa etc. – fosse unionista no momento em que a integridade das duas frações da monarquia seria conveniente ao Brasil. Para Portugal, consciente de suas dificuldades, o reino unido deveria ser apenas uma fachada, com o restabelecimento do monopólio do comércio, com a reabertura do mercado exclusivo e com a dissociação do centro de poder em territórios americanos autônomos. O irrealismo do plano restaurador não se evidencia apenas com o fortalecimento e a homogeneidade do núcleo brasileiro. Integrando-o e envolvendo-o, o capitalismo industrial, conduzido hegemonicamente pela Inglaterra, fizera da ex-colônia o elo internacional de um movimento econômico irreversível, indestrutível. D. João VI prolongara sua presença no Brasil, ciente da desvalia do velho reino, devorado pela pobreza crescente, depauperado de gente e de dinheiro, certo de que a sua ausência do Rio de Janeiro

precipitaria a separação. Entre as duas tendências — voltar ou ficar —, o velho rei, com dilações, tergiversações, adiamentos, prolonga sua permanência, já há muito dissipado o perigo napoleônico, encarcerado o ogro numa pequena ilha e reorganizada a Europa sob a viglância reacionária da Santa Aliança.

A dualidade de poder, instaurada pela Revolução de 1820 — Cortes e rei —, agrava-se numa dualidade de centros — Lisboa e Rio de Janeiro. Entre um e outro pólo projetam-se disparidades que o tempo irá revelar e acentuar, transformando-as em aberto conflito. Atrás dos ostensivos lances das partes desavindas ardem reivindicações imediatas e tradições de longa fermentação. O pacto colonial está mortalmente ferido na sua feição de fornecer ao mercado cativo da colônia todos os produtos de seu consumo, produzidos nos campos e nas indústrias do velho reino ou buscados, para trocas, na Europa, África e Ásia. A proibição de abrir manufaturas coloniais desapareceu, desde 1808, liberdade de pouco proveito diante da concorrência inglesa, favorecida pela tarifa privilegiada de 1810. Dedicado ao trânsito, ao transporte, perdera Portugal seu principal mercado, que representava cinco sextos do seu comércio internacional,⁵⁸ levando, na esteira, o desastre, a dívida acerca da própria sobrevivência da nação. Um conjunto de misérias, o "atraso de ordenados e soldados — miséria financeira — como no fechamento das fábricas e no abandono da agricultura — miséria econômica", a humilhação da tutela britânica e da supremacia brasileira,⁵⁹ inspiram a burguesia do Porto e de Lisboa a reanimar a nação, com a retomada da soberania popular, sob os moldes liberais, renascentes na Europa subjugada pela ideologia monárquica. Cautelosamente, os revolucionários protestam fidelidade ao soberano e convocam a Assembléa Constituinte, mascarando-a na tradição, morta pelo absolutismo, das Cortes do Reino. O primeiro passo de suas exigências consiste em recambiar o rei às suas origens para dar cobertura, contra a vontade e sem armas, às decisões dos sublevados. O revide veio pronto, disfarçado nas habituais indecisões: D. João VI permaneceria no Brasil, refugiado no Rio de Janeiro, rei absoluto contra os súditos portugueses sublevados. Portugal, pobre de armada e de Exército, desfalcado de recursos, não atravessaria o Atlântico para capturar a corte relutante. O desafio levaria à república ou à nova dinastia se permitissem as condições curtopéias, confinado, todavia, Portugal às suas dificuldades, que matariam a euforia e as promessas revolucionárias. A ideologia liberal, já acesa no Brasil com as labaredas atagadas nas

lojas maçônicas e alimentadas pela agricultura, seria a enganadora ponte que romperia a perplexidade dos lances iniciais da guerra de evasivas e fugas. De outro lado, as tropas portuguesas, aliadas ao comércio de vinhos lusitanos e à alta burocracia, enfiada dos trópicos e doída para regressar a Lisboa, impõem o reconhecimento da revolução. As baionetas dissipam as intrigas e os alvíres contraditórios dos ministros desavindos, Tomás António contra Palmeira: o pronunciamiento de 26 de fevereiro determina o regresso de D. João VI, com a conquista, durante o ano de 1821, de todas as capitânias — era o ano do liberalismo português, embriagado no triunfo, com palavras ardentes, aclamações, luminárias e foguetes. A submissão brasileira, confiada submissão e não rendição, deixou às Cortes as mãos livres para a escondida obra recolonizadora, verdadeiro objetivo da revolta. Todos os obstáculos pareciam vencidos: o rei estava em Portugal, embora deixasse o inquietante rebento no Rio de Janeiro, a independência da Inglaterra, pacificadas com a permanência do sistema monárquico. O sentimento brasileiro, em unidade com as guardiões portuguesas que forçaram a adesão ao movimento de 24 de agosto, encontra, nesse primeiro ar liberal, a quebra do velho e odiado sistema dos despóticos governadores e capitães-generais. As capitânias atingem a dignidade de províncias, comandadas por Juntas de Governo, sistema depois homologado pelas cortes.

Os revolucionários portugueses, enganados pelo fácil sucesso da causa, esqueceram, numa cegueira que lhes comprometerá a conduta futura, as incógnitas submersas no aplauso do Brasil. O liberalismo europeu contaminou-se de um conteúdo novo, que o desfigurava na essência e na forma. Para o Brasil, as idéias importadas, a revolução aclimatada significam a modernização das instituições políticas, com o aniquilamento do residual e subjacente estatuto colonial, mal eliminado no sistema do reino unido e na corte absolutista, empecilhos à expansão das virtualidades do país emancipado, símbolo de país livre. O mandonismo dos capitães-generais sufoca os anseios da nascente aristocracia agrária, *status* aspirado pelos senhores territoriais: O poder que lhes interessa não será o dos municípios, reduzidos à impotência e ao silêncio, mas o mecanismo das chefias das unidades maiores, as capitânias, futuras províncias, com os instrumentos militares das milícias e ordenanças e das tropas de linha. Entre as câmaras municipais e as Juntas Governativas, entre o núcleo local e a circunscrição geral, forma-

se, na primeira hora, um elo de solidariedade e de proteção recíproca, que em 1822 incorpora, na cabeça da conspiração, o príncipe D. Pedro. A opinião brasileira tinha um fermento explosivo, de baixo para cima, que as Cortes não souberam compreender, assimilar e dirigir. O eixo Rio de Janeiro (e interior fluminense), São Paulo e Minas Gerais abre, condensado pelos homogeneos interesses irradiados da capital e dos soldados, o impeto desencadeado do interior, numa trincheira inexpugnável, provisoriamente assentada sobre o reino unido: a permanência, no Rio de Janeiro, de um ramo da família imperial, com poderes de decisão e comando equivalentes aos de Lisboa. O líder dessa confluência de forças se auto-sagrara na jornada de 26 de fevereiro de 1821: diante da inércia do soberano, dos pareceres discordantes dos ministros, aceitou o novo estado de coisas, sacrificando o absolutismo para conservar a coroa. Em nome do pai, perplexo e atônito frente as tropas sublevadas e a população contaminada pelo liberalismo da revolução portuguesa, sem os terrores da cabeça decapada de Luís XVI, que freqüentavam a imaginação de D. João VI, o príncipe, num gesto cesário, em diálogo direto com o povo, sagrou-se o intermediário entre a nação e o rei. O poder busca, nesse lance usurpatório — a primeira usurpação de D. Pedro —, outra fonte de legitimidade, fonte alheia à tradição monárquica e à soberania apropriada pelas Cortes. Se os brasileiros não participaram dos acontecimentos, tímidos e surpresos, atônitos e boquiabertos,⁶⁰ a brecha aberta na estrutura política abrigaria, em breve, as reivindicações nacionais.

A consequência do pronunciamento militar de 26 de fevereiro, abrangido pela chefia de adesão do príncipe D. Pedro, foi o retorno de D. João VI, em julho reinstalado em Lisboa, com poderes apenas decorativos. A melancólica viagem debilita os alicerces do sistema português, responsável pelo predomínio do liberalismo de conteúdo lusitano sobre o nascente liberalismo brasileiro. Somente o soberano tinha plena consciência das incertezas do futuro, diante de uma corte jubilosa pelas alegrias de Lisboa, sentimento que D. Carlota Joaquina reflete — “afinal vou para terra de gente”. D. Maria I, a Louca, em 1807, no Tejo, demonstrara maior juízo ao iniciar outra travessia atlântica. “O rei partia vergado à aflição. Não acreditava muito na eficácia de sua presença em Portugal para abrandar a revolução e restabelecer a autoridade do trono, a ordem e a confiança abaladas. Patravam sobre o seu espírito timorato e bom o receio dos acontecimentos previstos e imprevistos nas duas partes do mundo,

trazidos pela separação fatal do Brasil e pela degeneração do movimento constitucional em frenesi jacobino, e o receio da vindita popular, exercendo-se cruelmente não tanto sobre ele como sobre seus protegidos e validos.”⁶¹ Expressão do amargo pessimismo, da consciência dos perigos abertos à monarquia, ameaçada de perder os dois braços do reino, será o conselho de 24 de abril ao filho. “Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me há de respeitar, do que para alguns desses aventureiros.”⁶² As preocupações de D. João VI, situadas no vendaval jacobino, na separação do Brasil, no esvaziamento de sua autoridade em Portugal, traduzem, todas, o receio de perder ou amedonhaçar a Coroa. Os aventureiros não seriam novos reis, mas chefes e caudilhos de uma ou várias repúblicas, inspirados na imagem vizinha da América espanhola e não na presença perdida de Napoleão. Resíduo da identificação entre a nação e o rei, amargura o o receio de perder a coroa, receio que será a raiz dos atos futuros do príncipe. O círculo visual do soberano e do herdeiro não poderia alcançar outros interesses senão os dinásticos. A missão do pai e do filho será, daqui por diante, de indole contraditória: um, sentindo sobre o trono vazio de Portugal, resigna-se a esperar o refluxo da maré. O príncipe acompanhará a elevação das águas, sobreendando o redemoinho, organizando, do alto, com audácia e firmeza, uma nova monarquia, limitadora da subversiva soberania popular. Concepção igual para circunstâncias diversas, em portuguesas águas turvas e traiçoeiras e no maremoto americano. Difícil a situação do príncipe, no cumprimento de sua tarefa, nos dias de 1821, ainda leal ao soberano: com D. João VI regressam cerca de três mil pessoas, os mais graduados servidores da monarquia, nobreza funcionária, com a retirada dos fundos do Banco do Brasil. As moedas de ouro e prata reduziram-se, de um golpe, de 1.315.439\$000 para 200.000\$000. A despesa pública, orçada em 5.000 contos, só contava com a receita certa do Rio de Janeiro, de 2.400 contos. As províncias, traídas pelos ventos de Lisboa, recusam-se a fornecer fundos, desconfiados os liberais brasileiros, tonificados pela maçonaria, do ministério agregado ao príncipe, com a ascendência do Conde de Arcoz, ministro do Reino e Estrangeiros. Raspado o Tesouro, quase insolvente o Banco do Brasil, a bancarrota estava às portas: “de parte nenhuma vem nada;” — queixava-se o príncipe — “todos os estabelecimentos ficaram; os que comen da nação são sem número; ... não sei o que hei de fazer”. O “termômetro” do príncipe — “o Banco, o tísico Banco” — sumia, dilapidado por seus adminis-

tradores. Com o desequilíbrio financeiro, debilita-se o estamento burocrático, ferido com o regresso de seus mais altos representantes e desajudado do apoio mais sólido dos traficantes do tesouro, o grosso da classe mercantil. O comércio, retirados os vínculos nacionais que o enriqueciam, volta-se para as bases portuguesas, retornando ao seu papel de comissário. Não espanta que os negociantes da Bahia representem ao príncipe para que restabeleça o sistema colonial.⁶³ De frente a D. Pedro, nesse rosário de infortúnios, apenas com um poder visível: as tropas portuguesas, a divisão auxiliadora, que tutelava o governo. Adotou uma política de amaciamento dos militares; fiéis às Cortes e desejosos de voltar a Lisboa, logo que completa a obra institucional. A fraqueza da burocracia civil e a anemia do comércio luso projetavam, todavia, a classe territorial a cobrir o vazio de poder: ela cresce e se organiza em São Paulo e Minas Gerais, à sombra dos governos provinciais. Sua aproximação com o príncipe, provocada pelas medidas recolonizadoras das Cortes, prenuncia uma nova aliança: D. Pedro, a agricultura e o comércio estrangeiro, sobreundo inglês, o qual seria banido se revigorado o estatuto colonial.

Seguras de seus instrumentos de coação, já aberto o véu recolonizador, as Cortes se mostram democráticas com respeito a Portugal e despóticas em relação ao Brasil. Duas medidas, voltadas antes da chegada dos deputados brasileiros, prepararam a sujeição colonizadora: os governos provinciais passaram a ser independentes do Rio de Janeiro e o Exército, no Brasil, constituiu uma só unidade, habilitando instalar tropas portuguesas na ex-colônia, removidas as brasileiras para o reino. A perspectiva dos revolucionários não percebia, neste lado do Atlântico, senão as províncias e a força militar, desarticuladas aquelas com a supressão da Corte. Para completar a obra, bastaria um último passo: o retorno de D. Pedro, chamado a frequentar a escola liberal, cortadas as ambições e os arreganhos absolutistas de outro tempo. As Cortes admitiram, já adiantados os trabalhos, os deputados do Brasil, os cinquenta entre os 72 eleitos.⁶⁴ Portugal guardou a parte do leão na partilha, com 130 deputados, assegurada, desde logo, a maioria nas decisões. A complicada eleição em quatro graus exigia do deputado a naturalidade da província ou a residência por mais de sete anos. Os representantes fixavam-se às velhas capitânicas e não à nação — alheios às bases populares e ao centro que os liberais portugueses procuravam negar, anular, estaclear. A provincialização dos deputados conferia-lhes um caráter de autenticidade, articulada à unidade

autônoma dos municípios, controlados pela cúpula administrativa da capitania. A autoridade de D. Pedro arreda-se, provincialmente, em favor de um quadro local, desde logo organizado: as Juntas Governativas, eleitas popularmente, cuidavam dos funcionários civis, ligados os magistrados e agentes da Fazenda à metrópole, separado o governo militar do contágio local, pela nomeação de Lisboa. A província constituía, desta sorte, um feixe inassimilável de poderes. O desarticulado sistema não impediu, entretanto, o crepitar de uma consciência limitada à ex-capitania, com resultados que se projetam por vinte anos, até que as rédeas voltem a ser encolhidas pelo Segundo Reinado. O eleito seria, na verdade, a expressão do influxo provincial, com a convivência e o entendimento das câmaras municipais, num momento em que a parte mais popular e atuante das Juntas refletia, sobretudo no sul, a face brasileira do liberalismo. Em São Paulo, dos oito eleitos traduzem três a vontade de José Bonifácio, vice-presidente e o mais destacado membro da Junta. Os outros cinco representantes saem de duas influências: as câmaras municipais e a burocracia colonial, padres, magistrados e funcionários públicos. No total, em todo o Brasil, entre deputados e suplentes, sobressaem os padres, com 30% do total, confrontados com 30% de fazendeiros, advogados e médicos, 20% de magistrados, 10% de militares, com a última parcela composta de funcionários e professores. Somente a representação de São Paulo levou à constituinte portuguesa instruções — as Lembranças e Aportamentos elaborados por José Bonifácio — com três ordens de reivindicações: negócios da união, reino do Brasil e província de São Paulo. A integridade do reino, com a estrutura básica da união de 1815, domina o documento, refletindo as opiniões mais gerais do tempo. A indissolubilidade se asseguraria mediante a igualdade de direitos dos portugueses e brasileiros. No Brasil, haveria um governo-geral, ao qual se submeteriam as províncias, com a divisão clara das competências. Unionismo com centros soberanos de autoridade em cada uma das parcelas do reino, com as províncias anulando os municípios, já, na verdade, sem o exercício de nenhum papel de comando. A constituição do reino unido seria de conteúdo liberal, com quatro poderes — despartando o abandono do esquema ultraliberal, que então incendiava a imaginação dos congressistas portugueses. Somente no último quadrimestre de 1821 os deputados brasileiros chegam a Lisboa, ainda inconscientes da tendência das Cortes, manifestada após o regresso de D. João VI (julho de 1821), de recolonizar o país. A promessa de não tocar na

reorganização do Brasil antes da chegada de seus representantes não estava mais de pé, embora registrada nas Bases, constituição provisória, jurada por D. João VI e, no Rio de Janeiro, por D. Pedro, pressionado pelas tropas portuguesas e pelas multidões comandadas pelos demagogos locais. Na obra de reforma liberal, depois do conagraçamento entusiástico entre deputados brasileiros e portugueses, os constituintes reinóis prosseguem nas medidas devastadoras da unidade brasileira, que, para se completarem, só dependiam do retorno do príncipe, cercado no Rio de Janeiro pela tropa portuguesa. Depois disso, seriam votadas as leis econômicas, que agrilhoariam o Brasil, recolonizado ao velho reino.

A hora do conhecimento das reais intenções portuguesas chegaria ao mesmo tempo aos salões da constituinte de Lisboa e do Rio de Janeiro. Os velhos revolucionários de 1817 e de 1789, apesar de festejados inicialmente, sentem que o despotismo das capitãntias não cessara. O futuro marquês de Paranaguá (Viela Barbosa) acena, pela primeira vez no seio do congresso, para a independência se o amordacamento do Brasil não cessasse. A reação, ténue em 1821, tão apagada que o mecanismo dos governos provinciais diretamente ligados a Lisboa e a supressão dos tribunais superiores no Rio de Janeiro não encontraram resistência, se arma no ano seguinte. Até aí os representantes do ultramar americano estavam apenas ligados às juntas e aos municípios que os elegeram. A hostilidade ao Rio de Janeiro aproximava-os, por um imperativo liberal que os fazia ver na Corte o Rio Corte, e não o Rio Província, o ninho de burocratas e parasitas trazidos pela transmigração, hostilidade com raízes nos humilhados clérigos e fazendeiros e nos funcionários de segunda linha. A obra da constituinte aniquilaria, a seu ver, a arrogância dos burocratas, nobres e plebeus, que, vestidos dos hábitos absolutistas, desprezavam e oprimiam as províncias, o nome brasileiro, a opinião nativa. No Brasil, os sucessos corriam com mais velocidade: o príncipe perde, assediado pelas forças locais, o caráter português, absolutista. Um movimento convergente aproxima D. Pedro de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro, aglutinados todos pelos propósitos das Cortes. Todos, com exceção da tropa portuguesa, sentem que o retorno do príncipe abrirá uma opção entre a monarquia e a república, visto que a autonomia já se incorporara ao sentimento comum. Os comerciantes, na facção independente – portugueses e estrangeiros –, percebem que a anarquia se avizinha. Os burocratas reinóis, arrancados de seus empregos com a extinção dos tribunais, engrossam a onda emancipadora. “Todos

os indivíduos espoliados de seus empregos pela extinção dos tribunais” – escreverá Armitage, com surpresa – “converteram-se em patriotas exaltados; e como se tivessem sido transformados por um agente sobrenatural, aqueles mesmos que haviam, durante a maior parte de sua vida, serpejado entre os mais baixos escravos do poder, ergueram-se como ativos e estrênuos defensores da independência.”¹⁶⁵ Os próprios portugueses, cativados até agora pelas decisões das Cortes, pressentem que a república seria inevitável se empreendida a viagem de regresso. Aproximam-se dos patriotas, já comprometidos com a independência, com palavras que José Clemente Pereira, presidente do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, dirigirá ao príncipe: “Será possível que V.A.R. ignore que um partido republicano, mais ou menos forte, existe semeado aqui e ali, em muitas das províncias do Brasil, por não dizer em todas elas? Acaso os cabeças que intervieram na explosão de 1817 expiraram já? ...E não diz uma fama pública, ao parecer segura, que nesta cidade mesma, um ramo deste partido reverdeceu com a esperança da saída de V.A.R., que fez tentativas para crescer e ganhar forças, e que só desanimou à vista da opinião dominante, de que V.A.R. se deve demorar aqui, para sustentar a união da Pátria?” A política portuguesa, de cisão em cisão nos meios brasileiros, ficará reduzida ao Exército, enquistado nas costas do país, do Rio de Janeiro a Belém do Pará. A força das armas – os acontecimentos testemunharão a seguir – não subjugaria o Brasil, perdidos os soldados nas praias, contra um país já capaz, com os pólos interiores de São Paulo e Minas, de fazer ouvir sua voz. Os fatos mostrarão que, mesmo no norte, a Bahia poderia se retrair do oceano para combater os soldados encastelados em rochedos e fortificações do mar. Em consonância com os acontecimentos, a parte mais expressiva da representação brasileira nas Cortes, dirigida por Antonio Carlos, rompe todos os compromissos, advertindo que a força de Portugal durará muito pouco se desprezada a igualdade dos reinos.

Os fragmentos das diversas tendências e camadas – comércio nacionalizado ou vinculado mais ao país do que a Portugal, realistas, burocratas – só conquistaram a sua unidade, retemperados pela fixação num centro de poder. Dessas correntes heterogêneas, momentaneamente unidas, se forma a liderança de D. Pedro, ressentido com a conduta sediciosa da tropa portuguesa, sempre fiel às medidas das Cortes. A desarticulação de tais forças explica, ainda no fim de 1821, as hesitações do príncipe, em

outubro derramado em protestos de lealdade ao pai e à constituição portuguesa. Faltava um elo para soldar os grupos urbanos às preocupações do interior, que ecoavam nos latifúndios e na estrutura representativa das fazendas, alargada em clérigos, magistrados, advogados, funcionários e professores. Uma testemunha das populações rurais via bem que, longe das teorias e das doutrinas, preocupavam-se elas com a ameaça do restabelecimento do sistema colonial, que embarçaria a venda do açúcar e do café, ameaça só sentida pelas famílias ricas e poderosas, com a ausência do povo.⁶⁶ O laço entre tais interesses e o príncipe foi obra de José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), que, desde 1819, regressara à pátria, filho de abastada família de São Paulo, desvinculado de interesses agrários. Sua participação no governo provincial garantia a transição ordenada entre o estado colonial e o sistema constitucional, com a imparcialidade do homem ausente do país há longos anos, mentalidade formada na burocracia portuguesa, temperada de liberalismo mas fiel à ordem monárquica, homem da ordem e avesso ao jacobinismo anárquico. Homem de autoridade, realista intenso ao romantismo político dos deputados paulistas às Cortes, fiel à causa do trono, adota, ao findar o ano de 1821, já congregado à opinião do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e da sua província, a tese da ruptura com o governo português, sob o penhor da permanência de D. Pedro no Brasil. Advertia D. Pedro, em manifesto saído de suas mãos e entregue ao príncipe a 1.^a de janeiro de 1822, "do rio de sangue que decerto vai correr pelo Brasil", lembrando-lhe o risco de "perder para o mundo a dignidade de homem e de príncipe". O príncipe sente que, atrás dos agitadores das ruas do Rio, há uma nação em nascimento, nação que recebe um rei com o Rocio (9 de janeiro de 1822). Estava declarada a guerra civil, travada entre a Divisão Auxiliadora, composta pelas tropas portuguesas de tutela e incumbidas de forçar o regresso do príncipe, e as heterogêneas forças que o sustentavam. O príncipe, na verdade, ainda não chegara a esposar a causa da independência, anaeronicamente voltada para a união dos reinos, cujas duas coroas, a existente e a virtual, poderiam se acumular sobre sua cabeça. Quem rompe as perplexidades futuras, arrancando dos acontecimentos todas as suas conseqüências e dirigindo-os com vigor, habilidade e inteligência, será o paulista, ministro do Reino e Estrangeiros desde 16 de janeiro, primeiro brasileiro a alcançar essa dignidade. Ele conduz a guerra, sem tergiversações, realista, desenganado da causa unionista. D. Pedro aceita o título

de Defensor Perpétuo do Brasil, título que lhe parecerá, no futuro, a sagradação do país à primazia monárquica, fronteira de todas as veleidades soberanas do povo. Em um ano, os dilemas – separação ou reino unido, monarquia ou república – perdem a sua agressividade explosiva. Uma transição ocupa o lugar das soluções extremas, entre o exágero jacobino e liberal e o absolutismo, que reorganizará o país de cima para baixo, com transições e tergiversações, até a hora do desquite de 1831. Uma revolução social e política completará a obra iniciada em 1808, com muita audácia e muitas vacilações, sob o governo de um árbitro da nação, que consagrará a unidade nacional, pensamento a que não podiam aspirar os conjurados do fim do século, os revolucionários de 1817 e o liberalismo embriagado e delirante dos anos 21 e 22. Sobre quatro colunas – São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul –, o centro de poder volta às mãos do príncipe, agora Defensor Perpétuo, em obra da magnitude de outro rei, o bastardo de Avis, no século XIV. O fim do consulado de José Bonifácio (janeiro de 1822 a julho de 1823) indicará, ao cabo de deztoito meses, o retorno das normas estruturais de organização política mediante o mecanismo tutelador de uma constituição outorgada.

NOTAS

1. Simonsen, Roberto G. Op. cit., tomo II, gráfico à p. 220. Buessou, Mircea. Op. cit., p. 213 e seqs. Furtado, Celso. Op. cit., p. 104 e 109 e seqs.
2. Buessou, Mircea. Op. cit., p. 284.
3. Id., p. 220, com as cautelas dos precatórios dados existentes. Outros dados em: Palm, Gilberto. *Industrialização e economia natural*. Rio, ISEB, 1957, p. 16.
4. Goulart, Maurício. Op. cit., p. 215.
5. Nabuco, Joaquim. *O abolicionismo*. São Paulo, Instituto Progresso Editorial, 1949, p. 229 e 230.
6. Sobre o assunto: Souza, Bernardino José de. *Ciclo do carro de bois no Brasil*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1958. Goulart, José Alípio. *Tropes e tropeiros na formação do Brasil*. Rio, Conquista, 1961.
7. Saint-Hilaire, Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1932, p. 24 e 25. Lucecock, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. 2.^a ed. São Paulo, Martins, p. 196.
8. —. Op. cit., p. 368 e 372.
9. —. Op. cit., p. 381. Lindley, Thomas. *Narrativa de uma viagem ao*

- Brasil, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1969, p. 41, 151 e 172.
10. —, Op. cit., p. 172 e 173.
 11. *Segunda viagem...*, p. 108.
 12. Koster, Henry. *Viagem ao nordeste do Brasil*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1942, p. 429.
 13. Id., p. 441.
 14. Tollenare, L. F. Op. cit., p. 85 e segs.
 15. Lucoock, John. Op. cit., p. 283 e 381.
 16. —, Op. cit., p. 356. Echwège, W. L. von. *Pluto Brasilienensis*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, [s. d.], p. 438 e segs. v. 2.
 17. Monteiro, Tobias. *História do império. A elduração da independência*. Rio de Janeiro, F. Brigante, 1927, p. 56 e 57.
 18. Id., p. 59. Manchester, Alon K. "A transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro". In: *Conflicto e continuidade na sociedade brasileira*, cit., p. 183 e nota 28.
 19. Lima, Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. Rio, José Olympio, 1945, p. 127, v. 1.
 20. Echwège, W. L. von. Op. cit., v. 2, p. 436.
 21. In: Magalhães Júnior. *Tres panfletos do segundo reinado*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1956, p. 63 e 64.
 22. Lima, Oliveira. Op. cit., v. 1, p. 190.
 23. —, Id., p. 203 e 204. Monteiro, Tobias. Op. cit., p. 75 e 76.
 24. In: Rizzini, Carlos. *Hipólito da Costa e O Correio Brasiliense*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1957, p. 146 e 147.
 25. Varnhagen, F. A. de. *História geral do Brasil*, cit., tomo V, p. 94.
 26. Lima, Oliveira. Op. cit., v. 2, p. 785 e segs.
 27. Id., p. 784 e 785.
 28. Carreira, Libertado de Castro. *História financeira e orgamntária do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889, p. 73.
 29. Lindley, Thomas. Op. cit., p. 71. Coutinho, J. J. da Cunha. *Obras econômicas*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1966, p. 31 e segs.
 30. —, Op. cit., p. 173.
 31. Lima, Heitor Ferreira. *História político-econômica e industrial do Brasil*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1970, p. 138.
 32. Vianna, Victor. *O Banco do Brasil*. Rio de Janeiro, *Jornal do Comércio*, 1926 p. 82 e 83. V. também: Franco, Afonso Arinos de Melo. *História do Banco do Brasil*. São Paulo, Instituto de Economia da Associação Comercial, [s. d.].
 33. Fretre, Felisbello. *Banco do Brasil*. Rio de Janeiro, O Economista Brasileiro, 1907.
 33. Maná, Visconde de. *Autobiografia*. Rio, Zélio Valverde, 1943, p. 301 e segs.
 34. Calógeras, J. P. *La politique monétaire du Brésil*. Rio de Janeiro, Imprimerie Nationale, 1910, p. 36, 45 e segs.
 35. Echwège, W. L. von. Op. cit., v. 2, p. 436 e segs.
 36. Varnhagen, F. A. de. Op. cit., v. 5, p. 102.
 37. Lucoock, John. Op. cit., p. 168. Id., p. 387, proteção ao comércio costeiro aos portugueses e brasileiros.
 38. Lima, Oliveira. Op. cit., v. 2, p. 386.
 39. Lucoock, John. Op. cit., p. 395: "há um forte partido no Rio que deseja vê-lo cercado, senão aniquilado".
 40. In: Lima, Oliveira. Op. cit., v. 2, p. 401.
 41. Cunha, Euclides da. *Da Independência à República: Obra completa*. Rio de Janeiro, Aguilar, 1966, p. 334, v. 1.
 42. In: Monteiro, Tobias. Op. cit., p. 101 e 102.
 43. Graham, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1956 p. 210.
 44. Maximiliano, Príncipe de Wied Neuwied. *Viagem ao Brasil*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1940, p. 33.
 45. Freyre, Gilberto. *Ingleses no Brasil*. Rio, José Olympio, 1948, p. 177.
 46. Lima, Oliveira. Op. cit., v. 2, p. 403 e 404.
 47. Id., v. 1, p. 129. Também: Vianna, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. 5ª ed. Rio, José Olympio, 1952, p. 53. Lucoock, John. Op. cit., p. 68 e 69.
 48. Lima, Oliveira. *O movimento da independência. O Império Brasileiro*, 2ª ed. São Paulo, Melhoramentos, [s. d.], p. 27.
 49. Saint-Hilaire, Augusto de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1932 p. 167.
 50. Holanda, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*, cit., tomo II, v. 1, 3. ed., 1970, p. 33, referência a palavras de Frei Caneca.
 51. In: Rizzini, Carlos. Op. cit., p. 147 e 148.
 52. Lucoock, John. Op. cit., p. 68 e 69.
 53. Derveza, Guilherme. "Política tributária no período colonial". In: *História geral da civilização brasileira*, Tomo II, v. 4. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971, p. 60.
 54. Tollenare, L. F. *Notas dominicais*, cit., p. 182.
 55. Varnhagen, F. A. de. *História geral do Brasil*, cit., tomo V, p. 152.
 56. Op. cit., p. 125.
 57. Tollenare, L. F. Op. cit., p. 127.
 58. Azevedo, Júlio Soares de. *Condições econômicas da revolução de 1820*. Lisboa, Empresa Contemporânea de Edições, 1944, p. 130.
 59. Lima, Oliveira. *O movimento da independência*, cit., p. 20.
 60. Monteiro, Tobias. Op. cit., p. 313. Armitage, João. Op. cit., p. 46.
 61. Lima, Oliveira. *D. João VI no Brasil*, cit., v. 3, p. 1173.
 62. Esta a versão exata das palavras de D. João VI. V. Vianna, Hélio. *História do Brasil*. 4ª ed. São Paulo, Melhoramentos, 1966, tomo II, p. 202 e nota 3.
 63. Armitage, João. Op. cit., p. 56.
 64. O número de deputados sofre incertezas e contestações: Lima, Oliveira. *O movimento da independência*, cit., p. 102. Varnhagen, F. A. de. *História da Independência do Brasil*. 3ª ed. São Paulo, Melhoramentos, 1957, p. 60. Senina, Nelson. *Livro do centenário da câmara dos Deputados*. Rio, Empresa Brasil Editora, 1926, p. 13 e segs.
 65. Armitage, João. Op. cit., p. 66.
 66. Saint-Hilaire, Augusto. *Segunda viagem*, cit., p. 167 e 170.